

As esquerdas na América Latina e as razões da resiliência do Foro de São Paulo

Left-wing organizations in Latin America and the reasons for the resilience of the São Paulo Forum

Pietro Lora Alarcon*
Ricardo Abreu de Melo**

► <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.167.007>

Valter Campanato/Agência Brasil



Presidente Lula participa da abertura do XXVI Encontro do Foro de São Paulo. Brasília, 29 de junho de 2023

RESUMO

O presente artigo realiza uma reflexão sobre a atuação dos partidos e movimentos políticos de esquerda da América Latina, procurando estabelecer algumas pautas de análise sobre as características distintivas, os fatores e as razões da resiliência do Foro de São Paulo (FSP), organização internacionalista de partidos políticos de esquerda latino-americanos e caribenhos. Ao mesmo tempo que o singularizam, essas características explicam também a sua existência durante 33 anos e a sua expectativa de vida. As cinco razões que dão identidade ao FSP e o sustentam como experiência histórica resiliente são desenvolvidas durante os tópicos do artigo. Utilizamos uma metodologia que começa com a coleta de documentos e outros dados originados nas resoluções e atas ao longo dos seus encontros, reuniões do Grupo de Trabalho (GT), comissões e missões enviadas a vários países. Posteriormente realizamos um exercício de sistematização de experiências, e procuramos sintetizar as causas que, a nosso ver, têm sido determinantes para essa atualidade, relevância e permanência dos trabalhos do Foro de São Paulo, sem pretender que sejam consideradas como as únicas causas ou que configurem um ponto-final de análise. Ao contrário, o trabalho é uma continuação de outros já desenvolvidos e tem como aspiração ser um ponto de partida, e não de chegada, para diagnósticos e avaliações sobre o tema.

Palavras-chave: Partidos de esquerda. América Latina. Internacionalismo. Foro de São Paulo.

ABSTRACT

This article analyzes the performance of left-wing political parties and movements in Latin America and discusses the distinctive characteristics and factors and reasons for the resilience of the São Paulo Forum, an internationalist organization of Latin American and Caribbean left-wing political parties. Whilst they make it unique, these characteristics also explain its existence for 33 years and its life expectancy. The five reasons that give identity to the São Paulo Forum and support it as a resilient historical experience were developed during the article's topics. We used a methodology that began with the collection of documents and other data originating from the resolutions and minutes of its meetings, working group meetings, commissions and missions to various countries. Subsequently, we carried out an exercise of systematizing experiences, and we tried to synthesize the causes that, in our view, have been decisive for the relevance and permanence of the works of the São Paulo Forum, without pretending that they are considered as the only causes or that they configure an analysis ultimate point. On the contrary, the work is a continuation of others already developed and aims to be a starting point, not an end point, to diagnoses and evaluations on the subject.

Keywords: Left-wing political parties. Latin America. Internationalism. São Paulo Forum.

1. INTRODUÇÃO

Por que nascem e morrem, se fortalecem ou se enfraquecem, se unificam ou se dividem as organizações internacionais conformadas por partidos políticos? Talvez essa seja a indagação central, de início, na nossa exposição. Liminarmente pode-se afirmar que as organizações internacionais surgem, ou sofrem divisões e mudanças, durante ou após períodos de graves crises sistêmicas, conflitos de alta intensidade ou revoluções que põem em xeque a continuidade das visões geopolíticas ou geoeconômicas.

A organização Foro de São Paulo (FSP), nosso objeto de conhecimento, é resultado de um contexto histórico que revela as peculiaridades concretas da sociedade internacional, em particular da América Latina e Caribe, na última década do século XX. Além disso, como se verá, o Foro teve a aptidão de estabelecer um rumo que reflete o desenvolvimento de atualização permanente, aliada a uma ação propositiva de natureza política, diante das sucessivas mudanças nesse cenário, atento à correlação entre as forças que pugnam pela manutenção de fórmulas ancoradas no neoliberalismo e aquelas que defendem um programa alternativo e de compromisso com a efetividade dos direitos sociais e o resgate da cidadania.

Destarte, as características distintivas do Foro, ao mesmo tempo que o singularizam, explicam a sua resiliência, a sua existência ao longo de 33 anos e a sua expectativa de vida política enquanto organização internacionalista, composta por organizações nacionais da esquerda continental.

A metodologia empregada inicia-se com a coleta de resoluções, documentos e demais dados originados em atas redigidas ao longo dos seus encontros, resultantes de reuniões do seu Grupo de Trabalho (GT), de comissões e missões enviadas a vários países. Posteriormente foi realizado um exercício de sistematização de experiências, procurando sintetizar as causas determinantes da atualidade, relevância e permanência dos trabalhos do Foro de São Paulo.

Concluimos com a análise de cinco razões, cuja argumentação é o objetivo deste trabalho. Por isso, nos tópicos que se seguem, desenvolveremos cada um deles, sem pretender que sejam considerados como as únicas causas ou que configurem necessariamente um ponto-final de análise. Ao contrário, o trabalho é uma continuação de outros já desenvolvidos e aspira ser um ponto de partida, e não de chegada, para diagnósticos e avaliações.

2. BREVES COMENTÁRIOS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES LATINO-AMERICANAS DE PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

As experiências de construção de organizações internacionais de partidos de esquerda e de movimentos políticos da classe trabalhadora surgem e desaparecem em momentos importantes da história a partir do século XIX, quando por um curto período de tempo se desenvolveu o trabalho da Associação Internacional dos Trabalhadores, ou Primeira Internacional, entre 1864 e 1876 (CEDIC, s.d.).

Friedrich Engels, em carta enviada a Sorge em setembro de 1874, aponta: “A Comuna de Paris de 1871 representou um momento decisivo da história da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).” Engels descreve a revolução da primavera de Paris como “sem sombra de dúvida o filho intelectual da Internacional, embora esta não houvesse movido um dedo sequer para levá-la a efeito” (BOTTOMORE, 2001, p. 195).

Como efeito provocado diretamente pela Comuna, os partidos operários nacionais cresceram. Tom Bottomore destaca esse fato afirmando que a maioria deles tinha caráter mais ou menos marxista, e a Internacional, especialmente em 1871-1872, se empenhava em promovê-los (BOTTOMORE, 2001, p. 196).

No final do século XIX, a construção das Internacionais e outras articulações dos partidos de esquerda respondeu às necessidades políticas impostas pela luta de classes e à decisão dos partidos não só de avançar nos parlamentos, mas de centrar sua ação na luta nas ruas, buscando unificar jornadas que golpeassem com maior intensidade a resistência dos patrões a modificar as condições de trabalho.

Nessa dinâmica, as organizações internacionais nasceram dos partidos, mas também estimularam a criação e o fortalecimento deles. Assim, houve um impulso à formação de partidos nacionais de uma mesma “família” — um núcleo com identidade ideológica. Como exemplos, podemos citar os casos da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), da Internacional Comunista (III Internacional, 1919-1943), da Internacional Socialista (fundada em 1951 e ainda atuante), que substituiu a Segunda Internacional (1889-1916), e da Internacional Trabalhista e Socialista, que surge em 1923 e estende os seus trabalhos até 1940 (CEDIC, s.d.).

Entretanto, o que deve ser destacado é o movimento dialético pelo qual a organização internacional surge dos partidos nacionais e estes se consolidam a partir dela, de seus debates internos. Ao mesmo tempo, a organização internacional promove o surgimento de novos partidos.

A Segunda Internacional foi caracterizada pelo internacionalismo proletário e pela luta contra as guerras imperiais, e “foi amplamente dominada pela social-democracia alemã”. Seu fim ocorreu em função da Primeira Guerra Mundial: “Os principais partidos da Segunda Internacional deram seu apoio à guerra travada por seus respectivos governos e com isso provocaram o colapso ignominioso da Internacional.” (BOTTOMORE, 2001, p. 197)

Em 1919, dois anos após a Revolução de Outubro, houve outro acontecimento importante: a fundação da Terceira Internacional, a Internacional Comunista ou Comintern. Tratava-se de um “partido mundial” que estimularia a criação de seções nacionais na América Latina e em outros continentes além da Europa. Seu VII Congresso, em 1935, aprovou a política de “frente popular para conter o avanço fascista” e defendeu uma aproximação com os “partidos social-democratas com propostas para uma ação conjunta contra o fascismo” (BOTTOMORE, 2001, p. 198).

Mais tarde, a Internacional Socialista (IS), criada em 1951, também passaria a fazer parte do espectro mundial, sendo a mais antiga organização internacional de partidos ainda em atividade. A IS, embora inicialmente restrita à Europa, ampliou na década de 1970 sua lista de membros com partidos da América Latina e de outros continentes. Um dos partidos com maior protagonismo nas organizações internacionais desde o século XIX, o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), atua hoje na liderança da Aliança Progressista, organização mundial nascida em 2013 e na qual hoje se encontra boa parte dos partidos da IS.

Na atualidade, os partidos comunistas latino-americanos mais importantes participam do FSP, muitos desde a fundação dele. Também participam do Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (Eipco), que surgiu em 1998 e funciona com reuniões anuais, coordenadas por um grupo de trabalho.

O FSP é um instrumento de estudo, organização e ação para avançar no desenvolvimento independente da América Latina, propondo soluções para melhorar a situação dos explorados, mas também é um agregador de propostas de transformação social que implicam crescimento de subjetividade e reconhecimento dos mais diversos atores políticos para esse fim

As organizações internacionalistas dos partidos latino-americanos, assim como as de âmbito mundial, também foram criadas ou desapareceram devido a variadas circunstâncias históricas. Assim, a Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas) nasceu entre os meses de julho e agosto de 1967, após a Conferência Tricontinental de 1966 em Havana, que criou a Organização de Solidariedade para os Países da Ásia, África e América Latina (Ospaal). A Olas surgiu com o impulso da Revolução Cubana, de 1959, reunindo partidos e movimentos políticos anti-imperialistas, estimulando a organização dos povos numa perspectiva emancipatória e conforme a estratégia de luta insurrecional.

A Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Coppal) nasceu em 1979 com o objetivo de articular os partidos da região para a unidade dos povos latino-americanos, pela democracia e pelos direitos humanos, em um contexto de estado de exceção e de autoritarismo aberto em muitos países da região.

Na sequência, o Foro de São Paulo nasceu em 1990, num momento de dificuldades para a esquerda. A conjuntura incluía em particular três eventos negativos: primeiro, a possibilidade da instituição de governos de esquerda havia sido duramente contestada e castigada com o advento de ditaduras que impunham um regime de características fascistas no Cone Sul — Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai —, de cerceamento das liberdades, de perseguição, tortura e assassinato de lideranças populares; em outros países se mantinha um sistema altamente repressivo e de democracia restrita, como na Colômbia, que serviu de modelo para regimes políticos civis de tipo misto, com alta dose de militarização e saídas violentas contra as demandas populares; também havia sistemas que reforçavam o autoritarismo no restante da região. Em segundo lugar, o neoliberalismo sustentava uma ofensiva neoconservadora que impunha uma agenda de descompromisso com as políticas sociais e com os interesses dos trabalhadores. E, finalmente, o revés que foi o desaparecimento da União Soviética, em termos geopolíticos, econômicos e culturais, que gerou um quadro mundial de resistência, em meio a uma situação de defensiva estratégica.

Nesse quadro, passar da resistência à construção de uma alternativa implicava repensar posições, assumir uma nova metodologia, estabelecer bases programáticas e uma tática para a unidade na diversidade. O Foro de São Paulo nasceu em 4 de julho de 1990, com a “Declaração de São Paulo”, que sintetiza as intenções de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 11-15).

A Declaração contém elementos de extrema importância e que situam parte de nossa exposição: 1) o reconhecimento da “amplitude política e participação das mais diversas correntes ideológicas de esquerda”; 2) a necessidade de aprofundar o debate e “avançar com propostas consensuais de unidade de ação na luta anti-imperialista e popular”; 3) a vontade de “renovar o pensamento de esquerda e do socialismo, reafirmando o seu caráter emancipatório, corrigindo equívocos, superando todas as formas de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas”; 4) uma proposta de “reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e de nossas nações, para o pleno resgate de nossa identidade cultural e histórica e para a promoção da solidariedade internacionalista de nossos povos” (FORO DE SÃO PAULO, 2013, p. 11-15).

A partir desses propósitos iniciais, cumpre examinar as razões que levaram — apesar das mudanças, aventuras, desventuras, fluxos e refluxos do movimento social e popular, bem como a construção e o desaparecimento, a força e a fragilidade de partidos e movimentos de esquerda, democráticos e progressistas — a que o Foro de São Paulo não só mantivesse, senão ampliasse sua atuação e incidência política.

Oferecemos, como dissemos no início, algumas razões que constituem premissas para um debate sobre o tema, de maior amplitude e complexidade teórica e com elementos de práxis que escapam à brevidade deste espaço e da nossa contribuição.

3. RAZÕES E FATORES DE RESILIÊNCIA DO FORO DE SÃO PAULO

3.1. ATUALIZAÇÃO DIANTE DOS CONTEXTOS HISTÓRICOS

3.1.1. O FORO DE SÃO PAULO COMO NECESSIDADE POLÍTICO-ORGANIZACIONAL

Tem razão Nils Castro quando afirma que na América Latina as chamadas “condições objetivas” para uma situação revolucionária não só existem como se acentuam. Com efeito, os índices de desigualdade, exploração, pobreza e marginalização oscilam, entre agravamentos e atenuações, tendo em vista ou o abandono, por parte dos governos neoliberais, das políticas públicas dedicadas a garantir a efetividade dos direitos, ou as possibilidades reais e limites dos governos progressistas. Entretanto, apesar da deterioração do bem-estar e os baixos padrões de desenvolvimento humano, as condições subjetivas, isto é,

o desenvolvimento e o enraizamento de ideias e estados de espírito com vocação revolucionária, a prevalência do interesse de classe sobre as preferências de grupo e pessoais, a vontade dos explorados de se dotarem de coesão e organização arriscando suas condições modestas de sobrevivência em prol de um novo projeto de sociedade, ainda estão distantes (CASTRO, 2013, p. 33, tradução nossa).

Essa situação, de forma panorâmica, constitui o traço que atravessa a vida do

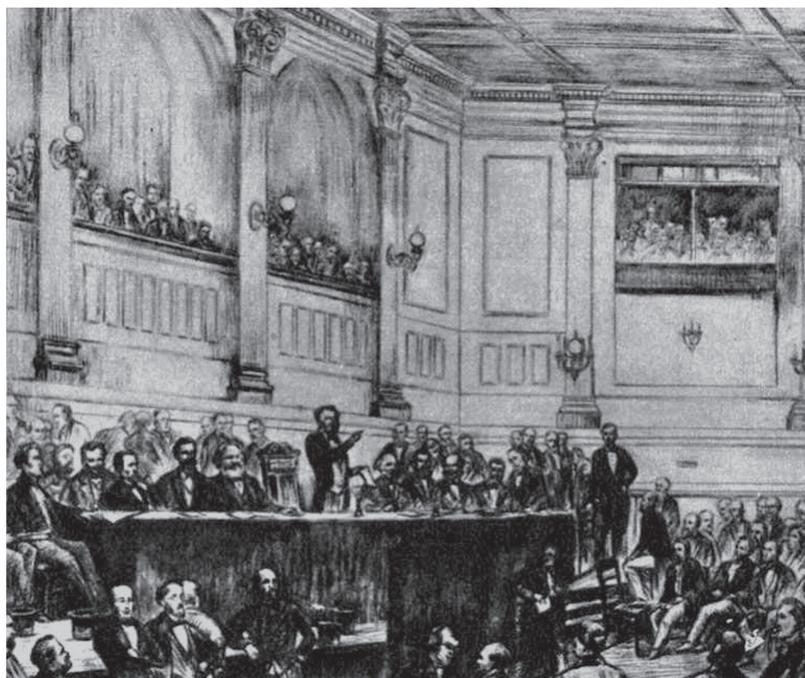


Ilustração retrata a reunião da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em Londres, a 28 de setembro de 1864

FSP. A caracterização geral não pretende desconsiderar as recentes e contundentes respostas populares recentes registradas na Bolívia, no Chile ou na Colômbia, e muito menos a inquebrantável resistência anti-imperialista em Cuba e na Venezuela. Porém, o que se deduz é que, em meio a tais contradições, que reportam obviamente a uma vistoria necessária sobre as condições objetivas e subjetivas em cada país, esse é precisamente o terreno no qual se desenvolvem as iniciativas do FSP desde o início da organização. Por isso, o FSP é um instrumento de estudo, organização e ação para avançar no desenvolvimento independente da América Latina, propondo soluções para melhorar a situação dos explorados, mas também é um agregador de propostas de transformação social que implicam crescimento de subjetividade e reconhecimento dos mais diversos atores políticos para esse fim.

O exame da situação política, econômica e social, aliado à observação permanente da correlação de forças internacional, constitui o contexto que condiciona a evolução histórica do FSP. A cada ano e encontro da organização, o cenário muda rápida e intensamente. As transformações originam conversões no posicionamento e na força relativa de cada partido no plano nacional e, logicamente, também causam variações de atitude no terreno da micropolítica, ou seja, no recorte da realidade e nas mutações da subjetividade, o que projeta uma visão não estereotipada do FSP sobre o que representa o conjunto das relações internacionais (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 134).

Nesse sentido, a partir das transformações originadas pelo confronto de classes e grupos em cada contexto nacional, bem como das formas de atuação dos partidos, principalmente daqueles que têm maior influência no Foro, também se alteram as relações entre seus integrantes, e consequentemente modificam-se as posições do próprio Foro. Por outro lado, as posições construídas sobre a base do consenso em torno de preocupações comuns influenciam as posições políticas dos partidos integrantes em cada um de seus países, não raro podendo

Parece-nos que esta é uma razão premente para a resiliência do FSP: seu vínculo com as raízes históricas da identidade contemporânea latino-americana e caribenha. O FSP é também um espaço de luta cultural, no sentido gramsciano do termo, que promove a formação política de quadros com concepções não dogmáticas, pautadas na visão anti-imperialista da América Latina e no intercâmbio de conhecimentos acerca das experiências nacionais concretas

impactar opiniões e decisões de partidos e organizações que não fazem parte do FSP.

Nestes 33 anos, o FSP acompanhou as modificações do contexto histórico com versatilidade política e manutenção dos seus princípios. Essa é uma das razões de sua resiliência. Esse fator, naturalmente, não significa garantia de permanência, pois esta depende da capacidade de questionamento crítico do FSP no acompanhamento das transformações da realidade concreta. Nas condições atuais do mundo, caracterizadas por uma evidente crise sistêmica, que se pretende resolver sobre a base da ação militar, a guerra e a desproteção dos trabalhadores, o FSP continua sendo uma necessidade política. Atrevemo-nos a dizer que aqui se aplica a ideia de que, se uma organização como o FSP desaparecesse, mais cedo ou mais tarde outra similar surgiria por força das circunstâncias.

3.1.2. O FORO DE SÃO PAULO REÚNE PARTIDOS NO GOVERNO E PARTIDOS QUE ATUAM NA OPOSIÇÃO

Como temos afirmado, o FSP nasce como uma resposta organizativa, unitária e de ação política de partidos e movimentos da América Latina em um momento de transição para uma situação de “unipolaridade” e em meio a uma grande ofensiva dos Estados Unidos e seus interesses hegemônicos contra a região.

Nesse quadro, um nível acentuado de unidade e resposta popular ao modelo de gestão neoliberal da economia, bem como o acúmulo de experiências de resistência, projetadas eleitoralmente, trouxe vitórias para a esquerda e os partidos progressistas e democráticos. Em consequência, o FSP precisou reinterpretar o momento e estabelecer parâmetros de maior conteúdo em seus debates, em termos administrativos e legislativos, levando em conta que, desde 1998, várias das organizações nacionais que o integravam passaram a governar seus países.

Esse ciclo de governos de esquerda e progressistas foi resultado de um contexto regional marcado por fatores como: a) o agravamento significativo da crise econômica e



Seminário internacional, organizado pelo PT em julho de 1990 na capital paulista, que deu origem ao Foro de São Paulo

social; b) a perda dos direitos adquiridos, que constituíam patrimônio popular; c) os níveis de repressão e a criminalização do protesto legítimo; d) o desgaste das forças de direita que estiveram à frente do programa neoliberal dos anos 1990; e) a acumulação política e eleitoral da esquerda; f) a força dos movimentos sociais; g) a emergência de atores já existentes no contexto, mas que elevaram sua condição subjetiva, tornando-se sujeitos políticos, atuando para promover as transformações.

Tais mudanças produziram uma renovação de táticas. Manter a iniciativa política era fundamental, questão que, no entanto, não foi isenta de dificuldades. Com efeito, como disse Nils Castro, as esquerdas planejaram conquistar o poder para substituir o sistema vigente, mas assumiram o governo sem ter tomado esse poder nem ser capazes de transformar imediatamente esse sistema:

Hoje as esquerdas participam das eleições e, além disso, podem ganhá-las, sem que isso signifique que haja uma situação revolucionária. O que rerepresenta algumas velhas questões em revisão, em circunstâncias que — pelo menos temporariamente — exigem outras respostas. Por exemplo: reforma ou revolução? (CASTRO, 2013, p. 32-33, tradução nossa)

O FSP assumiu, objetivamente, uma combinação de propostas, incorporando os temas dos partidos no governo, sem sacrificar os temas de interesse dos partidos de oposição, na perspectiva da convergência de alternativas que partiam das particularidades de cada país.

Posteriormente, na década de 2000, o FSP foi fortalecido com a adesão de novos partidos e de movimentos políticos da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América — Tratado Comercial dos Povos (Alba-TCP), especialmente da Venezuela, Bolívia e Equador, adaptando-se ao novo contexto regional, incorporando novas lideranças e partidos protagonistas da América Latina, particularmente da América do Sul.

3.2. SUPERAÇÃO DO “EUROCENTRISMO” E IDENTIDADE REGIONAL

O FSP possibilitou novas referências de análise política para a esquerda da América Latina e do Caribe, já que, até então, com exceção da Olas, da Copppal e da Coordenação Socialista Latino-Americana, os modelos provinham dos partidos da Europa ou da Ásia.

É claro que isso não elimina o diálogo com experiências ou referências teóricas extracontinentais, porém os partidos do FSP, na oposição ou assumindo funções de governo, foram protagonistas do esforço coletivo de construção de um pensamento político em cuja base estão as tradições de luta dos povos da região, a identidade cultural e o processo civilizatório em cuja gênese estão as etnias e povos originários.

Disso decorre que, embora cada partido do FSP tenha sua própria referência nacional, o desenho programático da integração da América Latina e do Caribe apresente elementos estratégicos comuns, que partem do reconhecimento não só de ocupar um mesmo espaço geográfico visualizado regionalmente, senão de se vincular a um passado de lutas anticolonialistas e anti-imperialistas, pela independência nacional, a democracia, o desenvolvimento econômico e social e a defesa dos interesses populares. Theotonio dos Santos destacou o conteúdo de classe “nacional-popular” existente no latino-americanismo:

É por isso que existe uma correlação direta entre pan-americanismo e hegemonia oligárquica, e entre latino-americanismo e democracia de massas. Quanto mais popular o governo, maior a busca por raízes latino-americanas e maior o confronto com a hegemonia norte-americana. Há um conteúdo de classe implícito na questão do pan-americanismo vs. latino-americanismo (SANTOS, 1994, p. 132).

Ao longo de seus 33 anos, o FSP cultivou uma forte identidade cultural em oposição ao pan-americanismo. Simultaneamente, os partidos assumiram uma maior valorização de suas próprias experiências na área. Daí que a luta de partidos e movimentos políticos e sociais indígenas, originários de países como Peru, Bolívia, Equador e Guatemala, entre outros, desde a década de 1990, tenha despertado a atenção das lideranças do conjunto dos membros do FSP. A eleição de Evo Morales para a Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia em 2005 e as políticas de reconhecimento e promoção de etnias e de povos originários implementadas por outros governos, como o do Equador na gestão de Rafael Correa, projetaram a questão indígena de forma mais acentuada tanto no continente como no resto do mundo.

Por isso, Álvaro García Linera observava a necessidade de “considerar a emergência da identidade camponesa indígena como uma força transformadora em nossos países. Na Bolívia, o movimento indígena camponês é o eixo articulador do popular.” (LINERA, 2014, p. 36, tradução nossa)

Assim, parece-nos que esta é uma razão premente para a resiliência do FSP: seu vínculo com as raízes históricas da identidade contemporânea latino-americana e caribenha. O FSP é também um espaço de luta cultural, no sentido gramsciano do termo, que promove a formação política de quadros com concepções não dogmáticas, pautadas na visão anti-imperialista da América Latina e no intercâmbio de conhecimentos acerca das experiências nacionais concretas, narradas pelas partes integrantes com vivacidade.

Vale a pena aprofundar esse tema, pois o latino-americanismo anti-imperialista contemporâneo é fruto da convergência entre nacionalismo, regionalismo e internacionalis-

mo em todos os países da região. As contribuições para a formação desse pensamento deram origem a um sentido heterogêneo e com contradições que, no entanto, desembocam na necessidade de unidade e integração, tema que abordaremos em outro tópico.

Sobre o tema da identidade nacional, vale lembrar Emir Sader, quando faz a distinção entre o nacionalismo europeu e o da América Latina:

O nacionalismo europeu foi marcado pelo chauvinismo, pela suposta superioridade de um Estado nacional sobre os demais e pelo antiliberalismo, incluindo a democracia liberal. A burguesia ascendente assumiu a ideologia liberal como instrumento para destravar a livre circulação do capital contra os entraves feudais. Na América Latina, o nacionalismo reproduziu o antiliberalismo político e econômico, mas assumiu uma postura anti-imperialista, pela própria inserção da região na periferia — no nosso caso, norte-americana, que nos colocou no campo da esquerda (SADER, 2009, p. 95).

Felipe Herrera também relaciona o peculiar nacionalismo da América Latina com o regionalismo e o internacionalismo. Em texto premonitório de 1970, o autor chileno diferencia o que chama de “nacionalismo convencional” de “nacionalismo regional”. Em sua perspectiva, este último é um

novo nacionalismo, de alcance regional, que se enraíza em nosso passado comum e busca tornar realidade, de forma acelerada, a integração econômica dos povos latino-americanos, o que no futuro talvez torne possível a conquista da sua reintegração política (HERRERA, 1970, p. 9).

Para Herrera, “nacionalismo, regionalismo e internacionalismo constituem três planos diferentes, mas complementares”, e por isso:

O rápido processo contemporâneo de internacionalização da economia, de emancipação dos povos coloniais, de predominância dos grandes blocos e dos “povos-continente” [China, Índia e Indonésia] determinou na América Latina um renascimento do conceito de coesão. [...] A América Latina, assim, reencontra-se com suas essências e se incorpora com vigor à tendência global de regionalização que dá a fisionomia característica das relações internacionais de nossos dias (HERRERA, 1970, p. 95).

José Antonio Sanahuja também diferencia dois tipos de “regionalismo latino-americano” e analisa “a crise do ‘regionalismo aberto’, como estratégia de integração regional dominante no período 1990-2005, e a emergência de um novo ciclo caracterizado pelo chamado ‘regionalismo pós-liberal’, que tenta conformar o espaço sul-americano” (SANAHUJA, 2010, p. 127, tradução nossa). Assim, o “regionalismo pós-liberal” corresponde ao ciclo iniciado em 1998, um “novo ciclo político inaugurado pelos novos governos de esquerda e lideranças regionais que, com estratégias conflitantes, promovem maior autonomia da região no sistema internacional como um todo e, em particular, perante os Estados Unidos” (SANAHUJA, 2010, p. 87, tradução nossa).



Logotipo do Foro

Estudios Revolución. Reproduzido de: www.fidelastrro.cu/



Fidel Castro, no encerramento do IV Encontro do FSP em Havana (Cuba), 1993

A atuação do FSP tem sido importante nesse campo, tanto pela construção teórica quanto pela dinamização da ação de sujeitos políticos enraizados no povo a partir das formulações de seus partidos integrantes.

3.3. UMA ESTRATÉGIA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

O novo impulso da integração regional, na virada para o novo século, criou uma nova situação, mais favorável à difusão das ideias latino-americanistas. Uma questão-chave das resoluções do FSP girava em torno da integração, mediante uma combinação de estratégias nacionais com uma estratégia regional maior.

Valter Pomar e Roberto Regalado defendem a tese de que as estratégias nacionais promovidas pelos partidos membros do FSP se apresentam associadas ao processo de integração regional. O documento base preparatório para o encontro do FSP realizado em São Paulo em 2013 explicita essa relação entre as estratégias nacionais de autonomia e a integração regional:

O ciclo progressista e de esquerda iniciado em 1998 é forte porque não é único nem uniforme, desenvolvendo-se sempre em diferentes formações históricas e sociais, com forças que possuem horizontes estratégicos diferenciados, sendo todas elas de esquerda, que apresentam diferentes níveis de acumulação. Por isso conseguimos vencer em países com diferentes histórias, culturas, estruturas sociais e políticas. Mas a pluralidade de estratégias nacionais deve ser combinada, cada vez mais, com uma estratégia continental com base na integração regional e com a definição de características comuns nos modelos alternativos em curso (FORO DE SÃO PAULO apud POMAR; REGALADO, 2013, p. 250).

O FSP assim como o Alnef, na África, e o ALF, no Oriente Médio, exemplificam um internacionalismo contemporâneo, regionalista e anti-imperialista, afirmando uma identidade — histórica e geográfica, mas fundamentalmente política e cultural —, defendendo a unidade e integração emancipatória dos povos das suas regiões, superando o tradicional “eurocentrismo” de experiências pretéritas

A contraofensiva do imperialismo estadunidense e das forças políticas de direita e de extrema direita em muitos países da América Latina causou sérios danos e retrocessos ao processo de integração regional na segunda metade da década de 2010. No entanto, as novas vitórias eleitorais da esquerda e das forças progressistas nos últimos anos abrem novas possibilidades de retomada e de avanços na integração sul/latino-americana e caribenha.

3.4. DIREÇÃO COLETIVA, DEMOCRÁTICA E CONSENSUAL

Outro elemento explicativo da resiliência do FSP é sua democracia interna, com espaços de debate, intercâmbio de opiniões e uma metodologia para tomar decisões que conduz à produção de consensos, respeitando a autonomia e a independência de cada partido.

Alguns elementos importantes devem ser destacados: primeiro, o FSP é inovador porque organizacionalmente não mantém uma estrutura hierarquizada que imponha uma obrigatoriedade de cumprimento vinculante. O que poderia ser aparentemente uma fragilidade, pela sua horizontalidade e flexibilidade, revela, no entanto, que a metodologia e o funcionamento interno correspondem aos seus objetivos, apesar das eventuais críticas a essa fórmula. Certas propostas de alteração sobre esse ponto foram aprovadas ao longo dos anos, mas nem todas se mostraram efetivas na prática.

O pluralismo e a democracia interna do FSP foram valorizados pelo Comandante Fidel Castro durante o IV Encontro do Foro, realizado em Havana em 1993. Em nome do Partido Comunista de Cuba, ele expressou:

Demos ao mundo uma lição de multipartidarismo, uma lição de democracia. Discutimos com uma amplitude e franqueza com que não se discute em lugar nenhum. [...] Não esqueceremos esta reunião e realmente desejamos um grande porvir. Se continuarmos trabalhando com esses métodos, se continuarmos trabalhando com esse estilo, podemos ir muito longe. Não há outra maneira de atingir os objetivos. Vejam como, apesar da diversidade de organizações, temos um grande número de pontos em comum e lutas em comum (CASTRO RUZ, 2009, p. 238, tradução nossa).

Destarte, parece-nos que o FSP pode ser considerado uma espécie de “intelectual orgânico” coletivo internacional, pois é um espaço de debate crítico, em busca de consensos progressivos e unidade de ação, com uma práxis derivada de suas formulações políticas e ideológicas. Obviamente, como em qualquer organização formada por integrantes com liberdade de manifestação e opinião, é comum que as lideranças partidárias sejam críticas até em relação ao próprio FSP, e evidenciem seus limites e insuficiências.

O fenômeno — recente em termos históricos — de uma organização aberta e horizontal, que fortaleça instâncias através do consenso reunindo diversas famílias de esquerda, não ocorre apenas na América Latina, mas também em outros continentes. Nos casos do Fórum da Rede de Esquerda da África (Alnef, na sigla em inglês) e do Fórum da Esquerda Árabe (ALF, na sigla em inglês), o FSP é reconhecida fonte de inspiração por sua forma organizativa e metodológica, pois, além de formarem uma “grande família” das esquerdas, essas experiências também têm como parâmetro político o anti-imperialismo.

O FSP assim como o Alnef, na África, e o ALF, no Oriente Médio, exemplificam um internacionalismo contemporâneo, regionalista e anti-imperialista, afirmando uma identidade — histórica e geográfica, mas fundamentalmente política e cultural —, defendendo a unidade e integração emancipatória dos povos das suas regiões, superando o tradicional “eurocentrismo” de experiências pretéritas. Essa é uma das razões da existência e resiliência da FSP, que inspirou a criação de outras organizações congêneres em outros continentes.

3.5. FRENTE ANTINEOLIBERAL E ANTI-IMPERIALISTA

Os partidos do FSP mantêm uma política de unidade que tem como centro o anti-imperialismo. O eixo de reflexão consiste na defesa da soberania nacional contra as diversas formas de neocolonização e submissão aos poderes imperialistas que se projetam a partir da estrutura hegemônica de poder que prevalece no sistema internacional.

Em um contexto de defensiva estratégica, a esquerda avaliou e reconheceu a ascensão da China e da Rússia no palco das principais contradições geopolíticas, bem como blocos e articulações conformadas por grandes Estados como os Brics — Brasil, Índia, África do Sul, além das já mencionadas China e Rússia —, na perspectiva de uma política externa e uma diplomacia para a paz, os direitos humanos e a democracia.

Por isso, a proposta de unidade popular entre revolucionários, democratas e as mais diversas correntes da esquerda e das forças progressistas foi levantada como uma necessidade que foi assimilada e difundida pelo FSP, em estreita vinculação com o anti-imperialismo e contra o neoliberalismo, cujas sequelas permanecem na região. Em tal sentido, é notável a contribuição do FSP para a melhor definição da arquitetura do Mercosul e seu relançamento, bem como para a criação e fortalecimento da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), da Alba-TCP e da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

É preciso lembrar que a proposta de frente popular contra o fascismo e a guerra imperialista unindo as forças já anunciadas foi estabelecida pela Internacional Comunista em 1935, no VII Congresso do Comintern. Para Theotonio dos Santos, no mundo contemporâneo, diante do crescimento da extrema direita em nível global e regional, “estavam criadas as condições para estabelecer uma grande frente, à semelhança da criada a partir de 1935 contra o fascismo” (SANTOS, 2012, p. 7).

No contexto dos anos 1990, Fidel Castro, ao encerrar o IV Encontro do FSP em Havana, comentou a “Declaração final”, expondo a existência de linhas de ação comuns na resistência ao neoliberalismo e na promoção da integração, destacando que a declaração é “praticamente um programa de luta [...] essa declaração é hoje o programa da esquerda na América Latina e no Caribe; e se atingirmos esses objetivos, iremos tão longe quanto ninguém é capaz de imaginar” (CASTRO RUZ, 2009, p. 238, tradução nossa).

Na atualidade, as forças da direita latino-americana promovem os chamados “golpes brandos” e as “guerras híbridas”, realizam atividades de sabotagem econômica, *fake news*, práticas de *lawfare*, disseminação do obscurantismo, incitação à intolerância e violência, tentando impor regimes autoritários com traços fascistas.

Nessas condições, uma organização ampla e heterogênea como o FSP, que inclui as mais diversas forças de esquerda, continua sendo uma necessidade política fundamental, e esse é mais um dos fatores e razões de sua resiliência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi afirmado, não se pretende aqui uma apresentação de conclusões que teriam o traço da peremptoriedade. Trata-se, no entanto, de estabelecer pontos de chegada que projetem uma plataforma para novas investigações.

O FSP segue unindo as principais forças políticas e movimentos da esquerda latino-americana e caribenha. Atualmente, vários de seus partidos integrantes lideram governos na região, e o centro da sua ação é a integração para a paz, a soberania, o desenvolvimento, a democracia, o respeito pelos direitos humanos e a promoção dos direitos dos trabalhadores.

Muitos dos balanços e propostas do FSP foram preditivos em relação ao que está acontecendo atualmente, inclusive prevendo a contraofensiva da direita regional e do imperialismo estadunidense que derrotou grande parte desses governos na segunda metade da década de 2010 e as recentes novas vitórias eleitorais em importantes países como Argentina, Brasil, Colômbia e México, as quatro maiores economias da região. Isso confirma o papel do FSP como um “intelectual orgânico” coletivo internacional, um espaço simples e modesto de ousados “príncipes modernos”, conduzidos por ideias.

A resiliência do Foro de São Paulo está relacionada a cinco razões principais: 1) unidade na diversidade e unidade após a adversidade; 2) capacidade de atualização em face de novas situações políticas e novos contextos históricos; 3) afirmação de uma identidade latino-americana e ligação permanente com o propósito da integração regional soberana e solidária, afirmando uma experiência original e não eurocêntrica; 4) amplo e aberto caráter antineoliberal e anti-imperialista; e 5) relações de união e confiança entre as partes, baseadas em uma concepção democrática com métodos adequados de valorização da liderança coletiva e busca paciente de consenso, superando divergências e tensões.

* Professor doutor da Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

** Mestre pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP).

► Texto recebido em 22 de maio de 2023; aprovado em 23 de maio de 2023.

- BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTRO, Nils. **Las izquierdas latinoamericanas**: observaciones a una trayectoria. Primera edición. Ciudad de Panamá: Novo Art, 2005.
- _____. **Las izquierdas latinoamericanas en tiempos de crear**. Ciudad de México: Alternativa, 2013.
- CASTRO RUZ, Fidel. **Latinoamericanismo vs. imperialismo**. Ciudad de México: Ocean Sur, 2009.
- _____. **Lula**: reflexiones del comandante en jefe. La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2008.
- CEDIC. **Coleções**: Internacional Comunista. PUC-SP, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <www4.pucsp.br/cedic/semui/colecoes/internacional_comunista.html>. Acesso em: 10 maio 2023.
- FORO DE SÃO PAULO. **Documento base dos encontros, resoluções das reuniões do grupo de trabalho do Foro**. Artigos e outros documentos. São Paulo: Arquivo do Foro de São Paulo, [s.d.].
- _____. **Declaração final dos encontros de Foro de São Paulo (1990- 2012)**. São Paulo: Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, 2013.
- _____. **XVIII Encuentro del Foro de São Paulo**: documento base para la discusión. Caracas: Partido Socialista Unido de Venezuela, 2012.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HERRERA, Felipe. **Nacionalismo, regionalismo, internacionalismo**: América Latina en el contexto internacional. Buenos Aires: Intal; BID, 1970.
- LINERA, Álvaro Garcia. Los procesos neoliberales en América Latina: lecciones y retos para los revolucionarios. **Línea Sur**, v. 3, n. 8, mayo-agosto 2014. Quito: Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana de Ecuador, 2014.
- POMAR, Valter; REGALADO, Roberto. **Foro de São Paulo**: construindo a integração latino-americana e caribenha. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- REGALADO, Roberto. América Latina: hacia donde van los gobiernos de izquierda y progresistas?. **América Latina en Movimiento**, Quito, n. 475, mayo 2012.
- SADER, Emir. A América Latina e o período histórico atual. **Crise internacional e as alternativas de esquerda**. São Paulo: Coleção Vermelho, 2010.
- _____. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SANAHUJA, José Antonio. La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal. In: CIEN-FUEGOS, Manuel; SANAHUJA, José António (Org.). **Una región en construcción**: Unasur y la integración en América del Sur, Barcelona: Fundación Cidob, 2010. p. 87-134.
- SANTOS, Theotonio dos. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**: as novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- _____. Integración: fenómeno de larga duración. **América Latina en Movimiento**, n. 480-481, nov.-dez. 2012. Disponível em: <www.alainet.org/es/active/61245>. Acesso em: 15 mar. 2016.
- VALENTE, Monica. El Foro de São Paulo y el internacionalismo latinoamericano. **Izquierda Democrática en América Latina**, Ciudad de México, n. 1, 2015.